



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76  
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

## **XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS** **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2024**

### **DIMENSÃO POLÍTICA DO ACESSO À VACINAÇÃO: SABERES E PRÁTICAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA DE SANTANA – BAHIA.**

**Alexia Fraga Oliveira<sup>1</sup>; Mônica Oliveira Rios<sup>2</sup>**

1. Bolsista – Modalidade Bolsa/PROBIC, Graduando em Enfermagem, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [alexiafraga27@hotmail.com](mailto:alexiafraga27@hotmail.com)
2. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [morios@uefs.br](mailto:morios@uefs.br)

**PALAVRAS-CHAVE:** vacinação; participação social; conselho municipal de saúde.

### **INTRODUÇÃO**

O direito universal à saúde no Brasil, foi regulamentado pela Lei Orgânica de nº 8.080 de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, tendo a saúde como um direito fundamental do ser humano, e dispondo ainda sobre a organização e o funcionamento dos serviços (Brasil, 1990). Apesar da Carta Magna Brasileira de 1988 assegurar a saúde como direito universal a ser garantido pelo Estado, a desigualdade no acesso aos serviços de saúde ainda é uma realidade no Brasil (Assis; Jesus, 2012).

A dimensão sociopolítica na saúde engloba as ações que visam o apoio da população às políticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e para garantir esse apoio torna-se necessário que a população compreenda os benefícios trazidos pelo SUS para então defendê-lo (Souza, 2009). O controle social se constitui como uma das diretrizes do SUS garantida através da Lei 8.142/90, possibilitando a população em participar das discussões, da criação, execução e fiscalização de políticas públicas de saúde, através de representantes populares (Brasil, 1990). Neste sentido, o controle social se concretiza através dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS), que são legalmente compostos por 50% de usuários, 25% de representantes dos trabalhadores da saúde e 25% por gestores e prestadores de serviços ao SUS, devendo desenvolver suas atividades de forma voluntária, a fim de envolver processos de organização e mobilização na gestão do SUS para garantia do acesso universal aos serviços de saúde (Carvalho, 1995; Brasil, 2001; Teixeira *et al*, 2002; Sousa, 2003 apud Longhi; Canton, 2011) (Longhi; Canton, 2011).

Mediante a atual conjuntura do retorno de doenças imunopreveníveis ao convívio popular, acredita-se que as dificuldades relacionadas ao acesso da população à vacinação, principalmente na dimensão política, podem ser as principais motivadoras dessa problemática. As vacinas proporcionam imunidade individual e coletiva, impedindo a disseminação de doenças imunopreveníveis (Reis *et al*, 2020). Contudo, é importante destacar que para fortalecer o acesso à vacinação no SUS, se faz necessária a participação popular através do controle social na gestão do SUS e consequentemente em suas ações em vacinação. Com isso, a realização deste estudo se justifica pela necessidade de se analisar os saberes e práticas dos conselheiros municipais de saúde do município de Feira de Santana - Bahia, acerca da gestão das ações de vacinação no SUS, frente ao preocupante cenário de retorno das doenças imunopreveníveis. Neste sentido, a relevância

do estudo se apresenta enquanto possibilidade dos seus resultados subsidiar uma melhor avaliação do contexto pela gestão e educação permanente da Secretaria Municipal de Saúde, sugerindo a realização de treinamentos, rodas de conversa e elaboração de materiais de apoio referentes a vacinação e o acesso aos serviços de saúde oferecidos pelo SUS. Dessa forma, o presente estudo busca compreender os saberes e as práticas dos conselheiros municipais de saúde do município de Feira de Santana, acerca do acesso à vacinação na perspectiva da sua dimensão política. Tendo como questões norteadoras: Quais saberes os Conselheiros Municipais de Saúde apresentam acerca do acesso à vacina no SUS? Quais práticas são exercidas pelo Conselho Municipal de Saúde nas ações de gestão em vacinação no SUS? Como se estrutura a dimensão política do acesso à vacinação no SUS no município de Feira de Santana – Bahia? Deste modo, estabelece-se como objetivo geral deste estudo analisar a dimensão política do acesso à vacinação no município de Feira de Santana - Bahia.

Neste contexto, define-se como objetivos específicos: compreender os saberes dos conselheiros municipais de saúde de Feira de Santana – Bahia acerca da vacinação no SUS e discutir sobre as práticas dos conselheiros municipais de saúde acerca das ações e decisões da gestão em vacinação.

### **PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO**

Trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório, o qual, teve como campo empírico a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Feira de Santana, Bahia, local onde ocorre as reuniões do Conselho Municipal de Saúde. Os participantes do estudo foram os conselheiros municipais de saúde, titulares e suplentes, que estiveram presentes nas reuniões do conselho nos meses de junho e julho de 2024. As entrevistas ocorreram na secretária municipal de saúde e em locais previamente agendados com os participantes. Os dados foram coletados através de uma entrevista gravada, antes e após as reuniões do Conselho, sob a autorização prévia dos participantes e, seguiam um roteiro semiestruturado. Os entrevistados foram identificados e numerados como Conselheiro 1, 2, 3; garantido assim o anonimato, zelando pela privacidade e sigilo das informações. A pesquisa passou pela apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), aprovado pelo parecer consubstanciado nº 6.734.319. Em todas as etapas, o estudo respeitou as normas das Resoluções nº 466/12, 510/16 e 580/18 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O método de análise utilizado foi Análise de Conteúdo Temática de Minayo.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Participaram da pesquisa seis conselheiros titulares, dentre as características sociodemográficas da população estudada cinco eram do sexo feminino (83,33%) e um do sexo masculino (16,66%). Em relação ao estado civil três eram casados (50%), dois divorciados (33,33%) e um solteiro (16,66%). Quanto a faixa etária quatro eram adultos, com idades entre 20 a 59 anos (66,66%) e dois idosos com 60 anos ou mais (33,33%). Raça/cor autorreferida três brancos (50%) e três pardos (50%). Todos tinham ensino superior completo (100%). A renda familiar média mensal entre os entrevistados foi de 5,5 salários mínimos. A partir da análise do conteúdo das entrevistas e dos núcleos dos sentidos, surgiram três categorias de análise, que serão apresentados e discutidos a seguir:

1-Dimensão política do acesso à saúde: conceitos – Nesta categoria de análise, apresentamos a compreensão dos conselheiros acerca do conceito de acesso à saúde e seu entendimento sobre a dimensão política do acesso. Segundo os entrevistados, o acesso à saúde está ligado ao consumo dos serviços ofertados pelo SUS, não apenas a questão da assistência, mas também, a prevenção e promoção da saúde, a busca pela melhoria da qualidade de vida. No entanto, C01 considera ainda, o acesso à saúde como uma dificuldade. De acordo com Duarte et al (2019), o acesso à saúde está relacionado com as

necessidades de assistência de uma dada população e a oferta dos serviços em saúde de forma equitativa e em momento oportuno. O acesso pode ser influenciado por fatores como localização geográfica, informações sobre os serviços ofertados, o trabalho da equipe multiprofissional, acolhimento ao usuário, barreiras financeiras, culturais e políticas (Vicari; Lago; Bulgarelli, 2022). No tangente a dimensão política, não houve uma convergência entre os entrevistados, mas C02 e C03 entendem a dimensão política como um processo de mobilização política e social que parte não apenas da gestão, mas também da população. O acesso à saúde em sua dimensão política está voltado para o desenvolvimento da organização popular e consciência política (politização) sobre a gestão do SUS (Giovanella, Fleury, 1995).

2- Vacinação no SUS: política, acesso e desafios – Neste item, analisamos questões sobre a Política Nacional de Imunização (PNI), o acesso e os desafios da vacinação. Para C02, o PNI é uma política consolidada, que gera indicadores e da visibilidade ao SUS, conseguimos vencer a pandemia devido a vacinação. Todavia, C03 e C05 completam que o PNI vem sofrendo um retrocesso através dos movimentos antivacinas. Para C03, só não entende a importância da vacinação quem não viveu as doenças. Segundo Dande; Júnior; Martinez (2022), as vacinas foram fundamentais para a erradicação e eliminação de doenças graves que devastaram a humanidade. O PNI é considerado referência internacional de política pública (Gugel *et al*, 2022). Em relação ao acesso, houve uma convergência entre a maioria dos entrevistados, considerando o acesso como universal. Todavia, C03 complementa que as vezes não a considera universal devido algumas dificuldades no acesso. A população brasileira tem acesso de forma gratuita a todas as vacinas obrigatórias pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (IOC/FIOCRUZ, 2022). Quanto aos desafios encontrados, a população estudada levantou questões como: movimentos antivacinação, fake news, acessibilidade dificultada, gestão inadequada. Entretanto, C04 divergiu, alegando que não visualiza dificuldades no acesso, mas que as pessoas não estão indo se vacinar. De acordo com dados do Ministério da Saúde (MS), a cobertura vacinal da população vem despencando, chegando em 2021 com índices menores que 59%, em 2020 era de 67% e em 2019 73% e, segundo o decreto nº 78.231, de 1976, é dever de todo cidadão submeter-se e os menores dos quais tenha guarda ou responsabilidade, às vacinações obrigatórias definidas pelo calendário nacional de imunizações (IOC/FIOCRUZ, 2022).

3- Cobertura vacinal em Feira de Santana e atuação do Conselho Municipal de Saúde. Nesta seção, discutimos os desafios da cobertura vacinal no município de Feira de Santana e a atuação do CMS acerca da vacinação. Para C02, as fragilidades da atenção básica no município impactam na vacinação e, C05 considera a fragilidade na assistência. De acordo com dados colhidos no Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização, a cobertura vacinal do Município de Feira de Santana que apresentou 44,93% (DATASUS, [s.d.]). Segundo Castro-Nunes e Ribeiro (2022), deve-se considerar o fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família (ESF) como um instrumento facilitador do acesso aos serviços de saúde, prestando atenção integral de qualidade, resolutiva que tenha por objetivo garantir uma assistência equitativa e o acesso à vacinação. Em relação a atuação do CMS, todos os entrevistados concordam que o CMS atua acompanhando a cobertura vacinal e os programas através das reuniões e de comissões, no entanto, C01 e C03 afirmam que ainda deixa a desejar. A participação social ocupa um lugar importante na gestão dos sistemas de atenção à saúde e, permite que a comunidade participe desse processo dinâmico e garante o acesso e controle sobre os recursos dos serviços de saúde (Kujawa, 2023).

Os resultados deste estudo indicaram a necessidade de fortalecer o conhecimento sobre os fatores que influenciam no acesso aos serviços, contribuindo para o planejamento de medidas que promovam o fortalecimento da vacinação. Podemos considerar ainda, a

atuação do CMS como uma importante estratégia de fortalecimento nas campanhas de vacinação e assim, no aumento das coberturas vacinais, mesmo que ainda necessite ser mais atuante.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. M. A.; JESUS, W. L. A. DE. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 11, p. 2865–2875, nov. 2012.
- BRASIL. **LEI nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Regulamento Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus. Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS): Coberturas Vacinais por Ano segundo Unidade da Federação - 2022. In: **DATASUS**: Tabnet. Disponível em: [http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/webtabx.exe?bd\\_pni/cpnibr.def](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/webtabx.exe?bd_pni/cpnibr.def). Acesso em: 9out. 2023.
- BRASIL. **LEI nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. 1990.
- CASTRO-NUNES P, RIBEIRO GR. Equidade e vulnerabilidade em saúde no acesso às vacinas contra a COVID-19. **Rev Panam Salud Publica**. 2022;46:e31.
- DANDE, Grazieli Miranda Siqueira; JÚNIOR, Sinézio Inácio da Silva; MARTINEZ, Maria Regina. Histórico da Vacinação no Brasil e o atual cenário em decorrência da pandemia da COVID-19. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s. l.], v. 15, ed. 11, p. 1-8, out. 2022.
- DUARTE, D. C. et al. Acesso à vacinação na Atenção Primária na voz do usuário: sentidos e sentimentos frente ao atendimento. **Escola Anna Nery**, v. 23, p. 1-8, 2019.
- GIOVANELLA, Ligia; FLEURY, Sonia. Parte III - Serviços de saúde: acesso, processos, avaliação, aspectos econômicos, descrição de caso. In: EIBENSCHUTZ, C. **Política de saúde: o público e o privado**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. cap. Universidade da atenção à saúde: acesso coo categoria de análise, p. 177-198.
- GUGEL, Sandrieli *et al.* Percepções acerca da importância da vacinação e da recusa vacinal: uma revisão bibliográfica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, ed. 5, p. 35200-35217, maio 2022.
- IOC/Fiocruz. Cobertura vacinal no Brasil está em índices alarmantes. In: **IOC**: Fiocruz. [S. l.], 29 ago. 2022.
- KUJAWA H.; PINTO R.S., LELES F.A.G., MACHADO FV. Participação em saúde como elemento indissociável para o fortalecimento dos sistemas de atenção à saúde nas Américas. **Rev Panam Salud Publica**. 2023.
- LONGHI, J. C.; CANTON, G. A. M. Reflexões sobre cidadania e os entraves para a participação popular no SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, p. 15–30, 2011.
- REIS, Momy Nanni. et al. Inovações tecnológicas na relevância da vacinação no combate as doenças imunopreveníveis: um relato de experiência. **REAS/EJCH**. v. 40, 2020.
- SOUZA, L. E.O.F. O SUS necessário e o SUS possível: gestão. Uma reflexão a partir de uma experiência concreta. **Ciência e Saúde Coletiva**. v.14, n.3, Jun 2009.
- VICARI, T.; LAGO, L. M.; BULGARELLI, A. F. Realidades das práticas da Estratégia Saúde da Família como forças instituintes do acesso aos serviços de saúde do SUS: uma perspectiva da Análise Institucional. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 135–147, 21 fev. 2022